



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE - FACE**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS - CCA**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**DANIEL SERPA OLIVEIRA**

**LICITAÇÃO PÚBLICA:**

**Um estudo empírico sobre sua Exigência nos Concursos Públicos Organizados pelo  
CESPE e o Currículo de Graduação em Ciências Contábeis**

**BRASÍLIA – DF**

**DEZEMBRO, 2013**

**DANIEL SERPA OLIVEIRA**

**LICITAÇÃO PÚBLICA:**

**Um estudo empírico sobre sua Exigência nos Concursos Públicos Organizados pelo  
CESPE e o currículo de graduação em Ciências Contábeis**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)  
apresentado ao Departamento de Ciências  
Contábeis e Atuariais da Faculdade de  
Economia, Administração e Contabilidade da  
Universidade de Brasília como requisito à  
conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências  
Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof<sup>ª</sup>. Fátima de Souza Freire, Doutora

Linha de pesquisa:

Educação e Pesquisa em Contabilidade

Área:

Educação e Ensino da Contabilidade

**Brasília – DF  
Dezembro, 2013**

## **LICITAÇÃO PÚBLICA:**

### **Um estudo empírico sobre sua Exigência nos Concursos Públicos Organizados pelo CESPE e o currículo de graduação em Ciências Contábeis**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)  
defendido e aprovado no Departamento de Ciências  
Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia,  
Administração e Contabilidade da Universidade de  
Brasília como requisito à conclusão da disciplina  
Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do  
grau de Bacharel em Ciências Contábeis, avaliado  
pela seguinte comissão examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Fátima de Souza Freire, Doutora  
Orientador  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade de Brasília (UnB)

---

Prof. Abimael de Jesus Barros Costa, Mestre  
Examinador  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade de Brasília (UnB)

**Brasília – DF, 04 de dezembro de 2013**

Oliveira, Daniel Serpa.

Licitação Pública: um estudo empírico sobre sua Exigência nos Concursos Públicos Organizados pelo CESPE e o currículo de graduação em Ciências Contábeis/ Daniel Serpa Oliveira. – Brasília, 2013.

17 p.: il.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Fátima de Souza Freire, Doutora.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – Brasília, 2013

1. Concurso Público 2. Licitação Pública 3. Ciências Contábeis

## **RESUMO**

Os profissionais de Ciências Contábeis, dentre as diversas áreas de atuação, podem escolher por atuar no setor governamental. Exceto para cargo de comissão, a investidura de cargo ou emprego público depende de processo seletivo denominado concurso público. O exame mede os conhecimentos dos candidatos em determinadas áreas pré-estabelecidas pelo edital e, de acordo com as pontuações obtidas, seleciona-se os candidatos que obtiveram os melhores desempenhos. O curso de graduação como meio de qualificar estudantes para setores profissionais, possui destaque na aquisição deste conhecimento. O presente trabalho tem o objetivo de analisar a cobrança de conhecimentos sobre licitações nos concursos realizados entre 2008 a 2012 e os relaciona com o currículo de graduação em Ciências Contábeis. Em conclusão, observou-se que a Proposta Nacional de Conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis contempla disciplinas sobre o tema, apresentando em diferentes momentos da formação acadêmica, inclusive com bibliografia sugerida. Os resultados estiveram de acordo com o que é esperado do curso de graduação em contabilidade, tendo como baseamento a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Este estudo tem relevância no sentido de ser uma conclusão empírica a respeito da relação de noções licitatórias exigidas em concursos públicos com o currículo de graduação em Ciências Contábeis.

**Palavras-chave:** Concurso Público. Licitação. Ciências Contábeis

## SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA CONTÁBEIS E REQUISITOS PARA INVESTIDURA EM CARGO OU EMPREGO PÚBLICO .....	11
3	LICITAÇÃO PÚBLICA .....	13
4	METODOLOGIA.....	15
5	ANÁLISE DE DADOS.....	16
6	CONCLUSÃO.....	22
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	24

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – Modalidades de Licitação.....	14
TABELA 2 – Total de concursos realizados– Período 2008 a 2012.....	16
TABELA 3 – Total de cargos que exigiam diploma em Ciências Contábeis– Período 2008 a 2012.....	17
TABELA 4: Total de cargos que exigiam diploma em Ciências Contábeis e conhecimento em licitação – Período 2008 a 2012.....	18

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 – Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático: conteúdo de formação básica.....20

QUADRO 2 – Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático: conteúdo de formação profissional.....21





## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma análise da relação das exigências de conhecimentos sobre licitação pública nos concursos públicos realizados pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) e o currículo de graduação em Ciências Contábeis.

A importância do tema está em oferecer um estudo que possa auxiliar os estudantes de contabilidade que queiram prestar concursos públicos a relacionar os conhecimentos exigidos sobre licitação nos processos seletivos e as disciplinas que poderão ser ofertadas nas Instituições de Ensino Superior.

A problemática na qual se baseia o trabalho é: quais das disciplinas da Proposta Nacional de Conteúdo do Conselho Federal de Contabilidade contemplam o estudo sobre licitações públicas?

O objetivo do trabalho é verificar se o conteúdo sugerido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) sobre os conhecimentos do setor público contempla o tema licitação e se corresponde àquele exigido aos principais concursos públicos para a carreira de graduados em Ciências Contábeis.

A justificativa em analisar especificamente licitação está: na sua importância como procedimento formal da administração pública para celebrar contratos com terceiros, ressalvadas as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade; na sua relação com concurso público; e na formação de profissionais contábeis.

Metodologicamente, este trabalho adotou o tipo de pesquisa bibliográfica para dar embasamento ao estudo levantado. Além disso, artigos, páginas de *web sites* e legislação também foram considerados. Para responder a problemática, foram coletados e analisados dados referentes a concursos da banca organizadora Cespe durante os anos de 2008 a 2012.

O trabalho foi dividido em sete tópicos, sendo dois destinados ao referencial teórico sobre graduação em Ciências Contábeis, requisitos para investidura de cargo ou emprego público e licitação pública. Após o embasamento teórico se inicia a análise de dados, que constitui o maior capítulo do trabalho, no qual são interpretados quadros e tabelas referentes a dados levantados sobre concursos públicos e a Proposta Nacional de Conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis. Por fim, o problema de pesquisa serviu para ajudar a conclusão do trabalho.

## **2 GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA CONTÁBÉIS E REQUISITOS PARA INVESTIDURA EM CARGO OU EMPREGO PÚBLICO**

A aplicação de concurso público está prevista na Constituição Federal (CF) Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) em seu artigo 37, que estabelece que a investidura em cargo ou emprego no setor público depende de aprovação prévia em concurso público, podendo ser exame de provas ou de provas e títulos, respeitando a natureza e a complexidade do cargo ou emprego (FREIRE; MARQUES; NÓBREGA; PEREIRA, 2010). A própria CF traz exceções, que seriam as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. Portanto, o concurso público é o processo seletivo democrático adotado pela administração pública e exigido pela Carta Magna para o ingresso de brasileiros, e de estrangeiros, na forma da lei, no serviço público. Sua realização, através de provas ou de provas e títulos, proporciona critérios objetivos, selecionando aqueles que obtiveram as maiores pontuações.

Carvalho Filho (2013) compartilha a ideia de que concurso público é o procedimento administrativo seletivo que proporciona a meritocracia. Para o autor, o exame tem por finalidade selecionar os melhores candidatos ao provimento de cargos e funções públicas, avaliando os conhecimentos pessoais de cada um. Ainda, para o autor, na aferição pessoal, o Estado verifica não apenas a capacidade intelectual, mas também a física e psíquica de interessados em ocupar funções públicas. Uma vez que os candidatos tenham conseguido êxito nos quesitos que estavam presentes no processo seletivo, poderão ser selecionados, obedecidas sempre a ordem de classificação.

O concurso público, constituindo forma de ingresso no setor público, produz impacto diretamente em outros ramos da economia. De acordo a estimativa da Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (Anpac), realizada em 2010, o mercado de concursos públicos movimenta R\$ 30 bilhões de ao ano, movimentação na qual estão inclusos produção apostilas e livros, cursos preparatórios, entre outros. Ainda a Anpac define como um dos fatores relevantes à procura de ingresso no setor público o fato da estabilidade e da remuneração. A estabilidade possui previsão legal na Constituição Federal, que estabelece como requisito de sua aquisição três anos de efetivo exercício para os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público (CF, art.41).

Em relação à remuneração, o último concurso aberto pelo Cespe, em agosto de 2013, previa para o cargo de analista do Ministério Público da União – área de atividade: perícia – especialidade: contabilidade, o salário inicial de R\$ 7.506,54. Em contrapartida, em escala federal, em relação ao salário para a ocupação de contador, de março a agosto de 2013, o salário médio de admissão foi R\$ 3.755, 00; sendo que, neste período, houve 8.809 contratações no país inteiro (CAGED/TEM, 2013). Portanto, a remuneração inicial no setor público, muitas vezes maior do que o dobro da média nacional, se torna fator determinante na área de atuação do profissional.

Decorrente da importância do concurso público para a administração pública, sua demanda pelos profissionais e os aspectos normativos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o profissional contábil deve estar preparado para exercer sua função no setor público. Sendo o processo seletivo realizado por meio de provas ou de provas e títulos, o profissional deve possuir os conhecimentos que serão exigidos no certame. Para a aquisição desse conhecimento, a educação de nível superior tem papel fundamental, uma vez que uma das suas finalidades, de acordo com a LDB, é formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua. Portanto o conteúdo deve ser estudado de forma completa no currículo de graduação de Ciências Contábeis.

Os currículos possuem papel fundamental na qualificação do futuro profissional, porque permitem obter o elemento norteador para o processo de ensino e aprendizagem, contemplando as necessidades básicas para a formação do profissional graduando (PELEIAS 2006).

De acordo com o Conselho Nacional de Educação, pela Resolução n.º 10/2004, o curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar capacitar o egresso de modo que este seja capaz de exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais.

Em relação ao conteúdo do currículo de graduação, o CFC, como órgão responsável do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, elaborou a proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis, no qual consta lista de disciplinas a serem ofertadas, o conteúdo programático e sugestões de bibliografias. De acordo

com a proposta, entre os principais objetivos a serem alcançados está um ensino mais harmonioso entre as diferentes Instituições de Ensino Superior no Brasil e o aprimoramento do ensino superior de Ciências Contábeis.

Estudo realizado anteriormente comprova a importância da qualidade da graduação no desempenho do estudante de contabilidade. O trabalho analisou a graduação em contabilidade e obtiveram resultados de que os estudantes que utilizaram bibliografias por indicação dos professores apresentaram melhor desempenho que aqueles que não tiveram tal auxílio (CRUZ; CARRAR; SLOMSKI, 2008). Portanto, pode se realçar a importância da proposta elaborada pelo CFC no quesito da sugestão bibliográfica através dos resultados de tal estudo.

Com bases em todas as informações e conceitos levantados, o profissional de ciências contábeis que pretenda exercer sua carreira no setor público deve ser aprovado em concurso e, para isso, faz-se necessário ter conhecimentos em diversas áreas que serão cobradas nos exames. Um dos temas que poderá ser exigido é licitação pública, no qual o conhecimento cobrado vai além dos meros aspectos quantitativos de despesas e receitas, reconhecendo a importância também dos aspectos qualitativos, como motivos e fatores relevantes que levaram a realização do procedimento licitatório.

### **3 LICITAÇÃO PÚBLICA**

Sendo a licitação pública a matéria escolhida pelo presente trabalho para se fazer a análise sobre os editais de concursos públicos, faz-se necessário conceituá-la, tanto pela lei que lhe dá fundamento, quanto pela referência bibliográfica.

A realização de procedimento licitatório é uma obrigação constitucional, segundo a qual as obras, serviços, compras e alienações da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação (CF, art.37).

A licitação pública é regida pela Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993, também conhecida como Lei de Licitações e Contratos (LLC), que a define como um procedimento formal cujo objetivo é selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública e a

promover o desenvolvimento nacional sustentável, sem deixar de lado os princípios básicos da administração como legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade. Um dos princípios constitucionais que a lei destina-se a garantir é o princípio da isonomia, mediante o qual participantes têm suas propostas julgadas por critérios objetivos e de forma que busque a igualdade na competição. Portanto a importância da licitação vai além de mero procedimento formal para aquisição de bens e serviços, pois traz mecanismos que se destinam a garantir a proibição de privilégios que poderiam ser dados a terceiros sem justa causa – um exemplo desse mecanismo seria a lista taxativa de casos em que ocorre dispensa de licitação e o limite dos valores para cada modalidade.

Acerca dos valores a serem contratados e as diferentes peculiaridades das obras, serviços e compras, a LLC e a Lei nº 10.520, de 2002, estabelecem modalidades de licitação, conforme a tabela 1.

**Tabela 1: Modalidades de Licitação**

MODALIDADE	OBRAS E SERVIÇOS	COMPRAS
Dispensa	Até 15.000,00	Até 8.000,00
Convite	15.000,00 à 150.000,00	8.000,00 à 80.000,00
Tomada de Preço	150.000,00 a 1.500.000,00	80.000,00 à 650.000,00
Concorrência	Acima de 1.500.000,00	Acima de 650.000,00
Concurso	Não se aplica	Não se aplica
Pregão	Não há limite de valor	Não há limite de valor

Fonte: Adaptação das Leis 8.666/93 e 10.520/02

Os procedimentos diferentes para cada faixa de valores realçam a ideia de selecionar a proposta mais vantajosa à administração pública. Se, por um lado, na aquisição de bens ou serviços de pequeno valor, a burocracia de uma modalidade de licitação mais complexa geraria um custo desproporcional; nas compras de grande vulto, um processo simplificado não corresponderia à complexidade da transação. As modalidades concurso e pregão possuem sua particularidade por não fixarem valores determinados e não serem casos de dispensa, uma vez que, segundo a legislação vigente, o que é considerado nessas modalidades é a natureza do objeto a ser contratado, e não o valor.

Fora do aspecto normativo, alinhado a esse raciocínio, autores como Di Pietro (2009) e Meirelles (2013) definem licitação pública como o processo no qual a administração pública, exercendo sua função administrativa, proporciona a possibilidade de interessados firmarem contrato com ela, de modo que sejam apresentadas propostas pertinentes ao interesse da

administração e que assim seja feita a escolha mais vantajosa. Os autores ainda abordam a ideia de que a licitação proporciona a isonomia na competição, uma vez que o instrumento convocatório deve respeitar a igualdade entre competidores e acesso aos interessados.

Alexandrino e Paulo (2012, p.572), em sua definição, reforçam a ideia de isonomia:

Licitação traz ínsita a ideia de disputa isonômica ao fim da qual será selecionada a proposta mais vantajosa aos interesses da administração com vistas à celebração de um contrato administrativo, entre ela e o particular vencedor do certame, para a realização de obras, serviços, concessões, permissões, compras, alienações ou locações.

Como se pode notar, tanto o conceito da lei que fundamenta a licitação, como os dos autores, não apresentam divergências em relação a sua definição, estando a consonância a ideia de seleção de proposta mais vantajosa para a administração pública por meio de um processo que garanta isonomia entre os interessados.

#### **4 METODOLOGIA**

A metodologia utilizada no presente trabalho envolve informações referentes a concursos públicos e o curso de graduação em Ciências Contábeis. As informações foram coletadas através de pesquisa bibliográfica, feita a partir do levantamento de livros, artigos e páginas de *web sites*; através de pesquisa sobre a legislação vigente; e utilizou o banco de dados fornecido pelo Cespe para montar a amostra de dados, que serão utilizados em uma pesquisa descritiva.

Acerca do universo a ser estudado, os concursos públicos escolhidos para compor o trabalho foram os realizados pelo Cespe para áreas que requeriam diploma em Ciências Contábeis. A opção por não se considerar editais de concursos que exigissem diploma de curso de nível superior de graduação em qualquer área de formação se deve ao fato de sua grande abrangência, e de que analisar tais editais entraria no mérito de graduação de outros cursos, além do estudo de Ciências Contábeis, o que desviaria do tema deste trabalho.

A extensão da amostra se limita pelo recorte temporal, no qual foram analisados os editais de concursos realizados de 2008 a 2012. Considerada que a Proposta Nacional de Conteúdo de Graduação em Ciências Contábeis teve sua revisão concluída em 2009, a

determinação do período de tempo utilizou como critério a seleção de provas recentes, pois editais anteriores a 2008 poderiam não representar de melhor forma os conteúdos cobrados atualmente. Já os certames após 2012 ainda não foram totalmente realizados ou encerrados, portanto, poderiam apresentar análise incompleta.

Os dados correspondentes aos conteúdos programáticos foram coletados pela internet, utilizando o sítio do Cespe ([www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br)) como fonte dos editais e provas dos concursos públicos.

A escolha da banca organizadora se deu em virtude da frequência com que é contratada para elaboração dos processos seletivos, que, de acordo com estudo realizado por Freire; Marques; Nobrega; Pereira, (2010), entre o ano de 2000 a 2009, chegou a 64% do total. Fatores como o detalhamento das informações sobre editais, fornecimento das provas realizadas, o grande banco de dados e a facilidade de acesso a tais documentos, que são de livre acesso em sítio da internet, foram determinantes na opção. Após a escolha da banca e a amostra temporal, foram pesquisados 319 concursos públicos, dos quais 99 editais se enquadram nos critérios de exames a serem analisados.

## 5 ANÁLISE DE DADOS

Em síntese, a amostra é constituída de concursos públicos com editais publicados entre 2008 e 2012, que exigiam o diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Contábeis e que foram realizados pelo Cespe. A Tabela 2 mostra o total de concursos realizados nesse período, sem levar em conta a exigência de diploma.

**Tabela 2: Total de concursos realizados– Período 2008 a 2012**

Ano	Concursos com editais publicados	%
2008	98	30,72
2009	60	18,80
2010	51	15,99
2011	44	13,80
2012	66	20,69
<b>Total</b>	<b>319</b>	<b>100</b>

Fonte: Adaptação de dados disponíveis em [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br)



O ano de 2008, escolhido como ano inicial da amostra, foi o que apresentou o maior número de editais publicados, 98 no total. A começar dessa data, a realização de concursos públicos gradualmente sofreu redução, chegando no ano de 2011 ao número de 44, uma redução de aproximadamente 55,10%. Apesar de no ano de 2012 a quantidade de editais publicados ser menor do a de 2008, ocorreu um aumento se for comparado ao ano anterior.

A diminuição de concursos realizados após o ano de 2008 pode ser explicada parcialmente pela cronologia das eleições no Brasil. Decorrente dos anos eleitorais, em 2008 ocorreu apenas eleições em âmbito municipal, para cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores, portanto, a restrição de nomeações dos concursados de três meses anteriores às eleições até a nomeação dos eleitos, prevista na Lei n.º 9.504, de 1997, obteve sua limitação aplicada apenas na esfera municipal. Esta limitação foi maior em 2010, em que ocorreram eleições em âmbito estadual e federal, para os cargos dos Poderes Legislativo e Executivo. Em 2012, conquanto tenha havido eleição municipal, verificou-se um aumento de editais publicados, pois os concursos públicos realizados em 2008 já tinham expirado, tendo em vista que a validade, por previsão legal, é de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período (CF, art.37, III).

Entre os requisitos contidos nos editais, está o nível de escolaridade exigido pelo cargo que o candidato esteja concorrendo. Dos 319 concursos realizados pelo Cespe no período, 99 (30,35%) exigiam o diploma de graduação em Ciências Contábeis, conforme a Tabela 3.

**Tabela 3: Total de cargos que exigiam diploma em Ciências Contábeis– Período 2008 a 2012**

Ano	Cargos que exigiam diploma em Ciências Contábeis	%
2008	25	25,25
2009	32	32,32
2010	19	19,20
2011	7	7,07
2012	16	16,16
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>100</b>

Fonte: Adaptação de dados disponíveis em [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br)

O quantitativo de cargos com diploma em Ciências Contábeis não corresponde ao número de concursos realizados para o seu preenchimento. Esse fato deve-se a possibilidade de um mesmo processo seletivo ofertar vagas para variadas áreas, inclusive áreas que exigem o

mesmo diploma de graduação. Um exemplo seria o processo seletivo realizado em 2008 para contratação temporária no Ministério da Saúde, no qual foram ofertados 29 cargos, sendo que três exigiram o diploma em Ciências Contábeis, são eles: técnico de nível superior – nível IV área de atuação 5: planejamento orçamentário; execução orçamentária; finanças públicas, controle e prestação de contas e área de atuação 6: economia da saúde, e técnico de nível superior – nível III área de atuação 23: contabilidade pública.

Para o preenchimento do cargo são cobrados, através da realização de provas, conhecimentos em determinadas áreas, podendo constar, entre elas, licitação. O conteúdo exigido é apresentado através do edital, que o divide em duas partes: conhecimentos básicos e conhecimentos específicos. Nos conhecimentos básicos são exigidas noções de determinadas matérias que são imprescindíveis para atuação do profissional na entidade que pretenda ingressar, independentemente do cargo que esteja concorrendo, por exemplo: noções de português e informática. Os conhecimentos específicos são aqueles referentes às habilidades exigidas diretamente pelo cargo, seria o caso da cobrança de conhecimentos contábeis para os cargos de contador.

A Tabela 4 mostra, além do número total de cargos com o conhecimento em licitação, a localização da disciplina no edital: se presente como conhecimento básico, como conhecimento específico, ou como ambos.

**Tabela 4: Total de cargos que exigiam diploma em Ciências Contábeis e conhecimento em licitação – Período 2008 a 2012**

Ano	Apenas em conhecimento básico	Apenas em conhecimento específico	Conhecimento básico e específico	Não exigiam conhecimento sobre licitação
2008	9	3	1	12
2009	17	9	1	13
2010	1	4	1	5
2011	0	3	0	4
2012	2	3	3	8
Total	29	22	6	42

Fonte: Adaptação de dados disponíveis em [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br)

Conforme a tabela acima, 57,57% dos cargos que demandavam diploma em Ciências Contábeis exigiram, de algum modo, conhecimento sobre licitação. Em 29,30% dos exames, noções de processo licitatório constavam como conhecimento básico, que geralmente é comum aos diversos cargos que o concurso seleciona. Um exemplo seria o concurso público realizado

em 2009 para a Fundação Universidade Federal do Pampa. Nesse certame, dos 51 cargos ofertados, 49 compartilharam o mesmo edital de conhecimentos básicos, incluindo dois cargos de profissionais contábeis (cargo 6: auditor e cargo 9: contador).

Como conhecimentos específicos, de acordo com a Tabela 3, ocorreu uma exigência de noções licitatórias em 22,22% dos editais. Essa cobrança se diferencia da de conhecimentos básicos pelo fato de que cada cargo possui sua própria exigência em conhecimentos específicos. Além disso, foram cobrados, tanto em conhecimento básicos e específicos, o total de 6 cargos (6,06%).

Portanto, pelos dados levantados, faz-se necessário analisar a proposta de currículo elaborado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e verificar se conhecimento sobre licitação está incluso. Tal proposta deve levar em conta a formação profissional do graduando, independentemente do setor que queira exercer, e pode ser considerado como base norteadora de disciplinas que deverão ser ofertadas pelas instituições de ensino superior.

A respeito da matriz curricular, o CFC divide as matérias em conteúdos de formação básica, de formação profissional, de formação teórica-prática e de disciplinas optativas. Analisando esses quatro segmentos e o rol de disciplinas que a eles pertencem, foram detectadas quatro disciplinas que abordavam conhecimentos sobre licitação, duas de forma direta (uma pertencente à formação básica, outra à formação profissional) e duas de forma indireta, ambas na formação profissional. O estudo indireto se diferencia por não se preocupar em conceituar licitação, suas modalidades e espécies, mas sim em situá-la na contabilidade, como ocorre com o lançamento e com outros eventos decorrentes de sua aplicação.

Nos conteúdos de formação básica, segundo a Resolução n.º 10, de 16 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior (CNE/CES), estão as disciplinas relacionadas com áreas diversas de conhecimento, tendo destaque administração, economia, direito, métodos quantitativos, matemática, estatística, entre outros, conforme o Quadro 1.

**QUADRO 1 – Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático: conteúdo de formação básica.**

Código	Título	Carga Horária
<b>CONTEÚDO DE FORMAÇÃO BÁSICA</b>		
1001	Matemática	60
1002	Métodos Quantitativos Aplicados	60
1003	Matemática Financeira	90
1004	Comunicação Empresarial	60
1005	Economia	90
1006	Administração	60
1007	Instituições de Direito Público e Privado	60
1008	Direito Comercial e Legislação Societária	60
1009	Direito Trabalhista e Legislação Social	60
1010	Direito e Legislação Tributária	90
1011	Ética e Legislação Profissional	60
1012	Filosofia da Ciência	30
1013	Metodologia do Trabalho Científico	30
1014	Psicologia Organizacional	30
1015	Tecnologia da Informação	60
<b>SUBTOTAL</b>		<b>900</b>

Fonte: Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis (2009)

Neste conteúdo de formação, a respeito da licitação, o CFC propõe a disciplina Instituições de Direito Público e Privado, que possui carga horária de 60 horas e tem como objetivos a serem alcançados pelos estudantes a compreensão e os conhecimentos dos diversos ramos do Direito Público e Privado e a sua aplicabilidade no funcionamento das organizações.

No conteúdo programático sugerido, na área de Direito Público, o ensino de direito administrativo possui como sugestão bibliográfica o *Manual de Direito Público e Privado* (FUHRER, 2007), que contém capítulo que disserta sobre licitação, no qual constam ensinamentos sobre espécies, critérios para a avaliação das propostas, sanções administrativas e criminais e efeitos da adjudicação. Outras sugestões, como o livro *Instituições de Direito Público e Privado* (MARTINS, 2009), também abordam licitações, porém não de maneira aprofundada, apresentando apenas como um subtópico do capítulo de Direito Administrativo.

Já os conteúdos de formação profissional, ainda segundo a resolução, compreendem os estudos específicos referentes à teoria da contabilidade, contendo domínio das atividades atuariais e quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não

governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares aos setores público e privado, conforme o Quadro 2.

**QUADRO 2 – Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático: conteúdo de formação profissional.**

Código	Título	Carga Horária
<b>CONTEÚDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>		
2001	Contabilidade Básica	120
2002	Estrutura das Demonstrações Contábeis	90
2003	Contabilidade Societária	120
2004	Teoria Geral da Contabilidade	60
2005	Perícia, Avaliação e Arbitragem	60
2006	Contabilidade Avançada	120
2007	Contabilidade de Custos	60
2008	Apuração e Análise de Custos	60
2009	Auditoria	90
2010	Controladoria	60
2011	Gestão de Finanças Públicas	60
2012	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	120
2013	Planejamento e Contabilidade Tributária	60
2014	Contabilidade Internacional	60
2015	Responsabilidade Social	60
2016	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	60
2017	Análise das Demonstrações Contábeis	60
2018	Empreendedorismo	60
2019	Mercado de Capitais	60
2020	Finanças Empresariais	60
2021	Sistemas de Informação Gerencial	60
	Optativa	60
	Optativa	60
	Optativa	60
<b>SUBTOTAL</b>		<b>1.680</b>

Fonte: Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis (2009)

Nesta área de formação, em relação à licitação, o CFC propõe a disciplina Sistemas de Informação Gerencial, que possui 60 horas e tem como objetivo a ser alcançado pelos estudantes a compreensão das informações necessárias ao processo de tomada de decisão nas organizações; dimensionar a estrutura para viabilizar a implantação e a operacionalização dos sistemas de informações; e assegurar a integridade, a atualização e a confiabilidade das informações. Constando no seu conteúdo programático o tópico de serviço eletrônico (e-

services): venda de informações via internet, índices financeiros, licitações, leilão e leilão reverso.

Nas disciplinas Gestão de Finanças Públicas e Contabilidade Aplicada ao Setor Público ocorre a abordagem indireta de licitação, não abrangendo seus conceitos, mas apenas suas consequências. Percebem-se os estudos dos resultados das licitações quando se avalia os objetivos propostos pelo Conselho, que na disciplina Gestão de Finanças Públicas abarca a compreensão dos fundamentos das práticas de gestão das finanças públicas no Brasil e na disciplina Contabilidade Aplicada ao Setor Público à compreensão contabilidade aplicado ao setor publica e evidenciações que contribuam para a transparência do setor público.

Entre as obras analisadas na bibliografia sugerida, merece destaque o livro *O essencial da contabilidade pública: teoria e exercícios de concursos públicos resolvidos* (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETTO, 2009). Embora não possua capítulos que tratem diretamente sobre licitação, ocorre um estudo indireto, como as etapas das despesas, sistema de contas, lançamento contábeis, entre outros. O seu diferencial está em associar a teoria da disciplina com questões de concursos públicos, sendo um material voltado aos estudantes que pretendam prestar tais exames.

## **6 CONCLUSÃO**

Este trabalho buscou identificar a exigência sobre conhecimentos licitatórios em concursos públicos realizados pelo Cespe que exigiam o diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Contábeis, destacando-se em qual categoria de conhecimento o assunto foi cobrado (básicos ou específicos) e relacionar com a proposta de conteúdo indicada pelo CFC.

O objetivo do trabalho foi alcançado pela demonstração da existência de disciplinas na proposta de currículo elaborada pelo Conselho Federal de Contabilidade que abordam licitação. Esse conhecimento está presente em dois momentos diferentes no currículo, pois além de constar de na formação básica, também há previsão na formação profissional. A oferta em dois momentos diferentes se enquadra nas duas áreas que são cobradas nos concursos, conhecimentos básicos e específicos. Ainda, é posto em destaque a bibliografia sugerida, na qual

consta uma obra direcionada especificamente a concursos públicos. Portanto a proposta do CFC para ensino de licitação corresponde ao exigido pelos principais concursos públicos voltados para carreira de graduados em Ciências Contábeis.

O artigo conclui que a problemática de partida, objeto do nosso estudo, foi respondida, uma vez que a pesquisa evidenciou quais as disciplinas na proposta de currículo que abordam noções licitatórias. Duas disciplinas que abordam o tema foram postas em evidência: Instituições de Direito Público e Privado, e Sistemas de Informação Gerencial. A relevância delas está no estabelecimento, de forma direta no seu conteúdo programático, do ensino de licitação, possuindo uma bibliografia própria sobre o assunto. Outras disciplinas foram identificadas por se referirem diretamente à licitação, pois, apesar de não conterem estudo sobre o seu conceito, abordavam suas consequências e a situava na contabilidade.

O diferencial do trabalho está em analisar uma matéria específica, pois o estudo realizado anteriormente sobre a relação entre concursos públicos e a proposta nacional do o curso de graduação em Ciências Contábeis (FREIRE; MARQUES; NÓBREGA; PEREIRA, 2010) considerava todo o conteúdo da disciplina Contabilidade Pública.

A sua contribuição deste estudo consiste em oferecer informações sobre a participação do curso de graduação em contabilidade na preparação do estudante que pretenda atuar no setor público, dessa maneira, informar-se em quais áreas de formação o graduando irá ter contato com a matéria, facilitando sua rotina de estudos. Além disso, poderá servir como base de dados para cursos preparatórios que visem a cargos na área de contabilidade.

A dificuldade encontrada na pesquisa está relacionada com as diversas nomenclaturas utilizadas pelos editais para se referirem à licitação. Verificou-se desde a simples ocorrência literal da palavra “licitação”, à citação das suas modalidades ou apenas a referência à LLC. A diversidade nos editais requereu revisão minuciosa.

Um fator limitante do trabalho foi o aprofundamento reduzido da análise dos editais, uma vez que os quantitativos de questões cobradas nos exames não foram levantados, justificando-se que foi buscada apenas a verificação sobre a cobrança ou não de noções licitatórias, cabendo uma segunda pesquisa para verificar o nível de cobrança. A escolha por analisar apenas uma banca organizadora também se tornou um fator limitante, pois métodos diferentes de se exigir conhecimentos licitatórios poderiam realçar ou diminuir a sua relevância.

Em futuras pesquisas, deverão ser desenvolvidos estudos sobre o número de itens relacionados à licitação nos exames, para se identificar e comparar a sua participação com a de outras disciplinas cobradas, além de analisar outras bancas para melhor representar a exigência do tema.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes; BARRETTO, Pedro Humerto Teixeira. **O essencial da contabilidade pública: teoria e exercícios de concursos públicos resolvidos**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 20 Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Método, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm)

CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves; CORRÊA, Luiz João; SLOMSKI, Valmor. **A Docência e o Desempenho dos Alunos dos Cursos de Graduação em Contabilidade no Brasil**. Revista Contabilidade Vista e Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 15-37, out./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.666**, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil. Brasília, 22 de junho de 1993. Republicada em 06 de julho de 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm). Acesso em: 20/10/2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil. Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10/11/2013.



\_\_\_\_\_. **Lei 9.504**, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil. Brasília, 30 de setembro de 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm). Acesso em: 01/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.520**, de 17 de Julho de 2002. Lei que institui a modalidade de licitação denominada Pregão. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil. Brasília, 17 de julho de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm). Acesso em: 20/10/2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**, 26ª Ed. Revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2013.

CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS. Concursos e Seleções. Apresenta informações de concursos realizados pela instituição. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/>. Acesso em: 01/10/2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis** – 2009. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/proposta.pdf>. Acesso em: 10/11/2013.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE n. 10/04**, de 16 de dezembro de 2004 Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res10\\_cne.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res10_cne.htm). Acesso em 03/11/2013.

FREIRE, Fátima de Souza; MARQUES, Matheus de Mendonça; PEREIRA, Ednei Moraes NÓBREGA, Thaise Corcino da. **Um Estudo das Exigências Programáticas em Contabilidade Pública nos Concursos Públicos Organizados pelo CESPE**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade v. 6, n. 4, art. 5, p. 419-433, out./dez. 2012.

FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo; MILARÉ, Edis. **Manual de direito público e privado**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; PASSOS, Fernando. **Manual de iniciação ao direito**. São Paulo: Pioneira, 1999.

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Salariômetro**. 2013. Disponível em: <http://www.salariometro.sp.gov.br/>. Acesso em 09/11/2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 39 Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; PINHO, Ruy Rebello. **Instituições de direito público e privado**. 24. ed., 4. tir. São Paulo: Atlas, 2004.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 26ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013

PELEIAS, Ivam Ricardo. **Didática do ensino da Contabilidade: aplicável a outros cursos superiores**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PIMENTEL, Ernesto. Concurso Público: o “Boom” do momento. **Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos Públicos**. Disponível em: <http://www.anpac.org.br/portal/index.php/artigos/82-concurso-publico-o-qboomq-do-momento>. Acesso em: 30/10/2013.